

Francisco Silva Alves

Muito bom dia. Aquilo que eu vou tentar trazer aqui é um pouco do que já foi trazido antes e, no fundo, acho que esta frase sintetiza um pouco as nossas preocupações, que é no fundo a consciência de que nós temos que o cidadão é mais do que o voto. O problema está é como é que o cidadão para lá do voto participa. O que é que o cidadão faz ou quais são as hipóteses que tem.

Houve aqui um orador com uma comunicação muito interessante acerca das autarquias. Eu penso que todos nós sabemos que nesta matéria vale o pessimismo e o optimismo, vale a teoria da garrafa meia vazia meia cheia. No caso da participação cívica eu penso que todos nós temos consciência que a garrafa está um bocado vazia. Mas parece-me importante: não temos outro caminho. Parece-me importante que a gente vá dizendo que é preciso enchê-la e que ela se está a encher. E portanto nesta comunicação que eu vou tentar mostrar é um certo número de vertentes desta questão da participação e que são aspectos que nós temos que dizer que estão a ser feitos, que estão a ser percorridos.

Uma primeira questão prende-se com isto, que eu julgo que é um pouco elementar, mas que devemos ter sempre presente. A democracia é uma construção humana, não é propriamente uma construção da natureza, embora as construções da natureza sejam mais persistentes se nós não dermos cabo delas. Mas, de qualquer maneira, as construções humanas são frágeis, mas é uma noção que nós devemos ter em conta e também é uma noção que devemos saber transmitir aos mais novos. Portanto é importante que os mais novos cresçam, apercebendo-se desta diferença entre construções humanas e a natureza. A natureza é um pouco independente da nossa actuação, dos nossos comportamentos, mas as construções humanas dependem de nós, e portanto requerem um empenhamento permanente. Esta noção de empenhamento permanente para manter as construções humanas é importante que os mais novos cresçam interiorizando-as, se não de facto podem crescer como cidadãos um tanto menos responsáveis. Como fazê-lo?

Esta é se calhar uma das tarefas mais complicadas, mas da minha prática e da minha percepção o que me parece é que nós temos que ser capazes de abrir espaços onde os mais novos se possam envolver com os seus problemas, os seus anseios. Portanto, se tivermos os mais novos envolvidos em práticas de luta pelos seus direitos, pelas coisas que acham mal, se os tivermos activos temos de certeza cidadãos que estão a trabalhar no sentido de manter a democracia.

É evidente que as escolas têm um papel muito importante neste despertar relativamente aos mais novos, mas também sabemos que a pluralidade das pequenas associações, que existem um pouco por todo o país, poderão desenvolver actividades que captem o interesse, que captem a atenção, que envolvam os mais novos.

Uma outra vertente destas questões tem a ver com o conceito que algumas pessoas usam dos três poderes. Enfim é uma versão simplificada de interpretação social, simplista talvez, mas que tem o condão de nos fazer perceber certas coisas. Portanto como na Idade Média se dizia e se falava do Clero, da Nobreza e do Povo, hoje há quem fale dos três pilares, justamente o poder político, o poder económico e o poder social. Esta interpretação simplista tem a vantagem de nos mostrar o inter-relacionamento entre este três poderes

e os desequilíbrios que existem. Eu penso que é uma ideia razoavelmente enraizada de que há desequilíbrios fortes entre estes três poderes, designadamente entre o poder político e o poder económico. Há – todos nós acusamos isso, as pessoas que se preocupam com estas coisas – uma saída que é sempre que o poder político tem que ganhar espaço e peso relativamente ao poder económico. O que é certo é que na realidade o poder político está muito dependente do poder económico e esse é um dos desequilíbrios. Relativamente ao poder social, este acaba órfão por dois lados, no meu ponto de vista, porque relativamente ao poder político está naturalmente um tanto marginalizado, como já vimos aqui no trabalho com as autarquias, porque efectivamente e todos nós que já tivemos algum poder nas mãos, por pouco que seja, somos sempre muito renitentes em partilhá-lo. Portanto a partilha é uma coisa que se aprende, não é uma coisa inata. Eu diria que inato é nós querermos conservar o poder, é sermos egoístas, é sermos autoritários.

A cidadania é exactamente o desenvolvimento de uma personalidade social, uma personalidade humana, donde políticos mais dispostos a partilhar o poder são políticos mais evoluídos, mais autênticos, mais amadurecidos. Todavia, efectivamente a classe política não tende naturalmente a partilhar o poder com os cidadãos e de resto nós sabemos que para partilhar o poder em termos de votos foram precisos uma série de séculos de lutas e portanto daqui para a frente vai ser preciso com certeza mais uns séculos de lutas.

O poder económico também não tem interesse de ver o cidadão, a não ser na sua esfera, como consumidor. Quer dizer: o poder económico não vê os cidadãos, não vê os seus anseios, não vê aquilo que querem, embora hoje a realidade esteja a mudar e podíamos entrar por esses caminhos, do lado económico se calhar mais depressa do que do lado político apercebem-se de que os cidadãos já não são os cidadãos que eram aqui há uns tempos e o poder económico mais rapidamente vai junto dos cidadãos não com o intuito de dialogar com eles de igual para igual, mas de lhes oferecer produtos mais diversificados, etc.

Mas o que é certo é que, quer do lado económico quer do lado político, há uma certa marginalização do cidadão, e o cidadão acaba duplamente marginalizado.

Bom, isto só para dizer que isto não é um fenómeno português, portanto nos precisamos de penalizar, porque isto de facto é uma questão que se põe em vários outros países. Neste modelo simplificado é fácil ver que os equilíbrios sociais, e eu penso que os historiadores e as pessoas da sociologia ressaltam muitas vezes isso, os equilíbrios conseguem-se pelos poderes e contra poderes, pelo jogo do **shake and balance**, portanto é efectivamente um equilíbrio de poderes que garante a perenidade das construções humanas, designadamente das construções políticas, porque efectivamente cortam a tentativa ou cortam os desvios autoritários, donde neste pequeno modelo dos três poderes é importante que haja equilíbrio, se esse equilíbrio for conseguido ou quando é conseguido em maior grau, enfim, poderemos esperar que haja uma maior estabilidade social e política.

A consequência disto é lógica, porque efectivamente se há desequilíbrios, e os principais marginalizados são os cidadãos, resta fazer compreender às pessoas que a saída só pode ser dar um maior espaço de participação aos cidadãos, e isso no sentido de reequilibrar o sistema político.

Sistema político aqui entendido como as três realidades juntas. Sabemos efectivamente que esse divórcio tem outros aspectos. Basta ver um pouco o afastamento dos cidadãos da vida política, que tem sido aqui acentuado em diversas alturas, dá-se por vários motivos e um deles, se calhar, porque escasseiam políticas, escasseiam propostas políticas que sejam mobilizadoras, populares, não no sentido populista, mas que sejam propostas políticas que as pessoas acreditam e que vão atingir os fins.

Enfim, só para dar um exemplo, há anos que nós andamos com as questões do Médio Oriente, pois mas já não sabemos se vamos acreditar na próxima proposta que vem ou não, quer dizer é este tipo de escassez que eu julgo desmobiliza muito as pessoas. As pessoas gostariam de acreditar que as forças políticas seriam capazes de encetar um processo e levar esse processo até ao fim e concretizá-lo. Isso daria esperança e confiança às pessoas para ultrapassar os muitos e múltiplos problemas que vão surgindo um pouco por todo o lado.

Nesta matéria, há uns anos a esta parte e do meu ponto de vista bem e de forma saudável, surgiram movimentos em todo o mundo que no fundo se têm traduzido em fóruns sociais mundiais e europeus. Em Portugal já fizemos um Fórum Social Português. É toda uma movimentação que efectivamente traduz que os cidadãos estão a começar a ter de uma forma talvez empírica, não muito ordenada, não muito estruturada, mas estão a perceber que têm uma palavra a dizer, que querem protestar, que querem dizer que as coisas devem ser de outra maneira, saem para a rua.

Fundamentalmente nesta questão são os cidadãos. E eu estive já em alguns fóruns sociais, designadamente em Itália, e foi extremamente gratificante ver como grande parte das pessoas que saíam à rua eram miúdos que tinham 13, 17 anos. As pessoas saem por brincadeira, mas saem também porque acham que é ali o espaço delas e portanto vamos para a rua, vamos ver o que temos a dizer e isso extremamente encorajador e importante. Eu penso que estas movimentações podemos esperar, não evidentemente propostas políticas acabadas de governação para resolver os problemas complexos da gestão política das sociedades actuais, mas podemos encontrar, por um lado, indicadores daquilo que as pessoas esperam e, por outro, podemos encontrar pessoas que estarão mais tarde disponíveis para olhar a realidade política de uma outra forma.

Existe um outro aspecto que vou aflorar e diz respeito ao poder social. Muitas vezes se lhe põe o ónus de que é um poder contraditório, ou seja, nós relativamente ao poder político já aceitamos o contraditório. Portanto, há partidos de todo o espectro e que dizem o contrário uns dos outros. Relativamente à economia, as empresas vendem os produtos mais dispares, se uma vende coisas para preservar que não haja guerra, a outra vende canhões, portanto esse contraditório existe. No poder social também existe. Simplesmente as pessoas, há muita gente que tende a olhar o contraditório do poder social como um ónus como se o poder social não fosse capaz de dialogar com os outros dois. Isto como vêem é uma ilusão, porque os outros dois poderes também eles são profundamente contraditórios. Há é que saber trabalhar com isso.

Uma das ilustrações da quadratura do poder social que temos cá em Portugal, por exemplo, com as questões da interrupção da gravidez ou com a

questão dos touros, onde apareciam associações a defender posições efectivamente contrárias umas das outras.

Agora também é fácil de ver que isto coloca problemas novos de relacionamento político, porque pondo isto no caso das igrejas hoje em dia ninguém aceitará, que os problemas por exemplo religiosos ou que os problemas das religiões, num determinado contexto ou num determinado território, se resolvem impondo uma religião a todas as outras, fazendo desaparecer uma religião, portanto isso já ninguém aceita.

Ora bom, no contraditório do poder social estamos muitas vezes perante circunstâncias desse género. As coisas não se resolvem dizendo que ninguém pode interromper a gravidez ou que todos devem não interromper a gravidez. Quer dizer as questões têm que se resolver de forma a dar a estas pessoas a possibilidade de exprimirem e de praticarem aquilo que desejam, porque não é nada de grave que todos coexistam no mesmo território. Portanto, são problemas de facto novos este relacionamento do político com o social, que a classe política tem de pensar e tem de resolver. Isto é o que eu digo aqui mais abaixo. O futuro passa por estes novos parceiros sociais e este relacionamento é uma aprendizagem política que tem que ser feita tal como já se fez para o relacionamento com as instituições políticas e económicas.

Onde é que nós estamos em Portugal, eu aqui introduzo uma contradição que todos nós sabemos existir entre o discurso político que fala muitas vezes em participação nestes conceitos todos, mas depois na prática não é possível participar.

E nós vimos aqui a questão das câmaras depois as pessoas não favorecem a participação e se calhar no caso das câmaras temos presidentes a fazer no seu discurso diário o apelo à participação dos cidadãos, mas depois na prática política a negarem-lhe completamente, isto é uma contradição pegada. Por outro lado na nossa classe política também existe e enfim eu penso que isto também é uma coisa que evolui. Existem conceitos muito negativos a respeito da participação dos cidadãos. Eu só me lembro de artigos, enfim tenho essa colecção, mas não se pode trazer tudo, opiniões publicadas quando foi do primeiro fórum social em Portugal e opiniões de dirigentes partidários dos dois partidos representados maioritariamente na Assembleia e que de um lado a concepção reduzia toda a movimentação dos cidadãos nos fóruns como meninos que partiam vidros, meninos mal-educados e por outro lado, do outro lado do outro partido vinha uma opinião que dizia «é pá essa malta não vale a pena envolvermo-nos com eles, porque eles dão poucos votos», e portanto isto são visões ainda um pouco, desculpem-me a expressão, ainda um bocado tacanhas e ignorantes destas realidades que estão a emergir por todo o mundo.

Aqui, enfim, é apenas a Associação Abril surgiu exactamente da campanha das presidenciais da engenheira Maria de Lurdes Pintassilgo e faz-se aqui um pouco do retomar da sua personalidade, porque exactamente nós pensamos que este título «Cuidar o Futuro», que era um título de um livro dela e que era de resto era o nome que ela queria dar a uma associação cívica que estava a criar quando faleceu, esta questão de cuidar o futuro é de facto pensar nestes problemas.